

IA.EDU

SOLUÇÕES DE IA OFFLINE PODEM TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA

▶▶▶ [Leia na página 8](#)

Tomada de decisões: como a inteligência existencial ajuda a fazer boas escolhas?

Divulgação

Tomar boas decisões é algo que exige muitas habilidades e a inteligência existencial é uma delas, explica a auditora e pesquisadora do CPAH, Flávia Ceccato, autora do livro "Descobrendo a Inteligência Existencial: Ferramentas, Insights e Implicações"

A capacidade de tomar boas decisões acompanha todas as áreas da vida, desde escolhas simples do cotidiano até movimentos estratégicos que moldam carreiras, relações e projetos pessoais. Apesar de muitas pessoas associarem o processo decisório apenas à lógica ou à razão, pesquisas contemporâneas mostram que fatores subjetivos têm um peso enorme nas escolhas.

"É nesse ponto que surge a inteligência existencial, um tipo de inteligência voltada para a compreensão profunda do sentido, das motivações e dos propósitos individuais", explica a auditora e pesquisadora do CPAH, Flávia Ceccato.

A inteligência existencial

A inteligência existencial, definida por estudiosos como a habilidade de refletir sobre questões fundamentais da existência, não está ligada ao intelecto tradicional, mas sim à consciência ampliada sobre quem somos, o que buscamos e quais valores orientam nossas ações.

De acordo com Flávia Ceccato, essa competência funciona de forma similar a um eixo interno que sustenta escolhas mais maduras, coerentes e alinhadas ao que realmente importa para cada pessoa em específico.

"Quando aplicada ao processo de tomada de decisões, a inteligência existencial atua como uma espécie de bússola. Em vez de



Flávia Ceccato

“À medida que o mundo se torna mais complexo, com excesso de informações, múltiplos caminhos possíveis e pressões constantes, desenvolver a inteligência existencial se torna uma ferramenta essencial.

guiar o indivíduo apenas para o que parece mais rápido, confortável ou esperado pelos outros, ela traz clareza para identificar qual escolha reflete verdadeiramente seus objetivos de longo prazo”.

“Em cenários de dúvida, esse tipo de inteligência ajuda a diferenciar o que é desejo autêntico de mera obrigação social ou impulso emocional”, explica.

Decisões mais bem pensadas

Outro ponto importante é que a inteligência existencial reduz a impulsividade e fortalece a capacidade de avaliar consequências. Pessoas com essa habilidade mais desenvolvida tendem a observar as

decisões como parte de uma linha contínua de construção de vida, e não como eventos isolados. Isso evita escolhas precipitadas e incentiva uma postura mais reflexiva, especialmente em momentos de pressão.

“Além disso, ao considerar propósito e significado, esse tipo de inteligência amplia a noção de responsabilidade. Decisões deixam de ser respostas automáticas e se tornam atos conscientes que impactam não apenas o presente, mas também a identidade e o futuro”.

“Essa perspectiva mais ampla leva a ações mais consistentes, reduzindo arrependimentos e aumentando a sensação de direção”.

“À medida que o mundo se torna mais complexo, com excesso de informações, múltiplos caminhos possíveis e pressões constantes, desenvolver a inteligência existencial se torna uma ferramenta essencial. Ela não elimina incertezas, mas transforma a forma como lidamos com elas. Escolhas passam a ser guiadas não pelo ruído externo, mas pela clareza interna e é isso que torna as decisões verdadeiramente boas”, afirma Flávia Ceccato.

Negócios em Pauta

Imágenes_degustavo_quiroga_CANVA



Curso gratuito e online de inclusão com foco em esporte adaptado abre inscrições

Educadores e profissionais de diversas áreas em busca de conhecimento sobre educação inclusiva, acessibilidade, paradesporto, diversidade, legislação para PcDs, saúde, bem-estar e lazer já podem se inscrever na segunda turma de formação do projeto 'Pulsar V'. Realizado pelo Instituto Incluir, o curso de extensão gratuito e online está com inscrições abertas até 05 de fevereiro. Os conteúdos curriculares serão organizados em sete aulas teórico-práticas, que contemplam os seguintes temas: Desenvolvimento da Pessoa com Deficiência e do Esporte Adaptado; Aspectos Sociais da Pessoa com Deficiência; Comunicação e Linguagem Inclusiva; Saúde da Pessoa com Deficiência; Fundamentos Treino e Aprendizagem de Exercício Físico; Apoio na Educação Escola; e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. As inscrições são limitadas e devem ser realizadas exclusivamente pelo e-mail educacao@institutoincluir.com.br cujo título deverá conter a expressão "Inscrição - Pulsar V". ▶▶▶ [Leia a coluna completa na página 3](#)

News@TI

Foto: Luara Baggi/Ascom/MCTI



CNPEM representará o país em novo Centro Brasil-Uruguai de Pesquisa e Inovação

@O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) é a instituição brasileira responsável por ficar à frente de uma parceria entre Brasil e Uruguai para ampliar a cooperação em pesquisas nas áreas de ciências da vida, inovação tecnológica e formação de recursos humanos. A iniciativa que criou o Centro Brasil-Uruguai de Pesquisa e Inovação em Ciências da Vida contará inicialmente com recursos do Brasil para o desenvolvimento das primeiras atividades. O Centro vai definir áreas prioritárias, executar de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, além de promover ações de capacitação, intercâmbio de pesquisadores e estudantes e organizar eventos científicos, compartilhando infraestrutura científica e tecnológica. O acordo também estabelece uma governança binacional, responsável pela orientação estratégica e pela tomada de decisões (<https://cnpem.br/>). ▶▶▶ [Leia a coluna completa na página 2](#)

Planejamento para viver de renda começa antes da aposentadoria

Uma conta simples ajuda a medir se o brasileiro está no caminho certo para construir renda passiva, e aponta porque adiar esse planejamento custa caro. ▶▶▶

Cinco fatos que provam como dados e IA estão redesenhando o trabalho

A adoção de dados e inteligência artificial nas organizações entrou em uma nova era. Após anos marcados por promessas de eficiência, cresce agora entre líderes a percepção de que a tecnologia, por si só, não resolve dilemas organizacionais. ▶▶▶

Quando o banco toma o veículo, a dívida acaba? Nem sempre

Especialista da Recovery explica sobre consequências deste tipo de endividamento, e compartilha conselhos para quitá-lo. ▶▶▶

SBCO lista oito dicas para cair na folia sem descuidar da saúde

O Carnaval está se aproximando e o clima festivo não deve ser motivo para negligenciar os cuidados com a saúde. A Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO) traz o alerta de medidas que protegem o folião contra doenças infecciosas e crônicas. ▶▶▶

Para informações sobre o

MERCADO FINANCEIRO

faça a leitura do QR Code com seu celular



Literatura

Livros em Revista

Por Ralph Peter



▶▶▶ [Leia na página 4](#)

OPINIÃO

Nova regulação de segurança cibernética – e como isso afeta seu negócio

Bruno Pereira (*)

A publicação das Resoluções CMN 5.274/2025 e BCB 538/2025 marca uma virada importante na regulação de segurança cibernética do Sistema Financeiro Nacional.

Que antes era tratado como “melhor prática” agora se torna obrigação formal, auditável e com impacto direto na operação — e isso muda o jogo para bancos, instituições de pagamento, corretoras e demais entidades supervisionadas. Para um gestor C-level, isso significa que a segurança deixa definitivamente de ser um tema técnico e se consolida como um pilar estratégico de continuidade das operações.

A nova regulamentação exige que as instituições demonstrem efetividade dos controles, não apenas políticas bem escritas. Isso implica em revisitar a arquitetura de TI e cloud, garantindo que ambientes críticos estejam segregados, criptografados e monitorados de forma contínua. A adoção de padrões mínimos de configuração segura, mecanismos de prevenção e detecção de intrusão e controles robustos de integridade - passa a ser obrigatória. Em um cenário de crescente dependência de APIs e serviços em nuvem, essas exigências tornam-se fundamentais para reduzir riscos sistêmicos.

A relação com fornecedores críticos também chega a um novo patamar de rigor. Os contratos precisam contemplar requisitos específicos de segurança, rastreabilidade e continuidade, especialmente para provedores de nuvem, SOC terceirizado, serviços antifraude e mensageria. Isso aumenta a responsabilidade das instituições na gestão de terceiros e reduz a tolerância a lacunas contratuais que possam comprometer a proteção de dados ou a disponibilidade de serviços essenciais.

A governança de acessos privilegiados torna-se outro eixo central. A autenticação multifatorial passa a ser obrigatória para acessos críticos, assim como a gestão de credenciais exige controles mais rígidos, incluindo monitoramento contínuo, segregação de funções e mecanismos de proteção contra vazamento. Para a liderança, isso significa reforçar a disciplina interna e garantir que processos de acesso estejam alinhados a padrões de auditoria e conformidade.

Ambientes sensíveis como PIX, STR (sistema do Banco

Central para a transferência de fundos entre instituições financeiras) e RSFN (rede de comunicação segura que conecta essas instituições ao Banco Central) passam a demandar isolamento físico e lógico, além de monitoramento contínuo e avaliações periódicas de vulnerabilidades. A operação desses sistemas, que sustentam a liquidez e a infraestrutura de pagamentos do país, precisa ser tratada como área de risco elevado, com controles específicos e capacidade de resposta rápida a incidentes. A resiliência desses ambientes se torna um indicador direto de maturidade operacional.

A obrigatoriedade de testes de intrusão e avaliações de vulnerabilidade periódicas reforça a necessidade de uma postura proativa. Não basta reagir a incidentes; é preciso antecipar falhas, validar continuamente a eficácia dos controles e corrigir vulnerabilidades com agilidade. Esse ciclo contínuo de avaliação fortalece a capacidade de defesa e reduz a superfície de ataque em um cenário de ameaças cada vez mais sofisticadas.

Um dos elementos mais disruptivos das novas normas é a exigência de inteligência cibernética, incluindo monitoramento na Deep e Dark Web. Isso amplia o escopo da segurança, que passa a incluir a identificação de credenciais expostas, movimentações de grupos de fraude e sinais antecipados de ataques direcionados. Para os tomadores de decisões, representa a necessidade de investir em capacidades analíticas e integrar inteligência ao processo decisório de risco.

Esse movimento regulatório ocorre em um momento em que o setor de tecnologia vive expansão acelerada. Segundo a Brasscom, o macrossetor de TIC pode gerar entre 30 mil e 147 mil novos empregos formais até dezembro de 2025, com 57% dessas vagas diretamente ligadas à área de tecnologia. Esse crescimento reforça a pressão por mão de obra qualificada em cibersegurança e evidencia que a demanda por controles mais robustos não é apenas regulatória, mas é também impulsionada pela dinâmica do mercado.

Em síntese, as novas resoluções elevam o padrão de segurança do setor financeiro brasileiro e exigem que as instituições adotem uma postura mais madura, integrada e orientada a riscos.

(*) Business Development Manager da Teletex.

Preço dos eletrônicos de uso pessoal pode subir 20% em 2026

O avanço acelerado da inteligência artificial está pressionando as cadeias globais de suprimento de semicondutores e deve provocar uma onda de aumentos nos preços de smartphones, laptops e outros eletroeletrônicos de uso pessoal em 2026.

Vivaldo José Breternitz (*)

Analistas e executivos alertam que a crescente demanda por chips de memória de alta largura de banda (HBM), aqueles usados em grandes data centers, está desorganizando os ciclos de produção e deixando fabricantes de dispositivos pessoais sem acesso a componentes essenciais.

A escassez decorre principalmente da expansão dos data centers de IA. Gigantes como Amazon e Google vêm firmando contratos de longo prazo com fabricantes de chips para assegurar fornecimento do que precisam, o que tem deixado fabricantes de PCs e celulares em desvantagem.

O custo das memórias usadas em equipamentos de consumo já disparou, com fornecedores priorizando os lucrativos módulos HBM. A TrendForce prevê alta de 50% a 55% nos preços médios dessas memórias no último trimestre de 2025. As coreanas Samsung e SK Hynix, que juntas controlam mais de 70% do mercado, elevaram preços em até 60%.

Fabricantes de hardware já sentem os impactos. O COO da Dell, Jeff Clarke, afirmou em teleconferência que nunca havia visto custos subirem tão rapidamente, alertando que o efeito chegará aos consumidores. A britânica Raspberry Pi classificou como “dolorosa” sua decisão de aumentar preços em dezembro. A Lenovo, maior produtora mundial de PCs, formou estoques estratégicos de chips para enfrentar a situação.

Analistas projetam que os reajustes nos preços de dispositivos de consumo podem variar de 5% a 20% em 2026, dependendo da capacidade das empresas de absorver custos. O presidente da Xiaomi, Lu Weibing, advertiu que as pressões de 2026 serão muito maiores que as de 2025, com risco de gargalos semelhantes aos ocorridos durante a pandemia.



Para conter a crise, fabricantes investem pesado. A Samsung anunciou a expansão de uma planta na Coreia do Sul, enquanto a SK Hynix ergue um complexo de US\$ 91 bilhões. Mas especialistas lembram que novas fábricas levam de dois a três anos para entrar em operação.

Segundo o Morgan Stanley, empresas de tecnologia e nuvem dos EUA devem gastar US\$ 620 bilhões em infraestrutura de IA em 2026, contra US\$ 470 bilhões em 2025, dentro de um ciclo global de investimentos que pode atingir US\$ 2,9 trilhões até 2028.

Para os fabricantes de eletrônicos, o dilema é claro: aumentam os preços dos produtos, ou sacrificam suas margens, o que tem um limite. Já para os consumidores, parece não existirem alternativas...

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjntz@gmail.com.

Além do capital: por que a mentoria é o verdadeiro ativo de uma startup?

No mundo do empreendedorismo, a corrida por capital parece ser a única maratona que importa. Mas vou contar um segredo que planilhas de valuation não mostram: uma ideia genial sem a orientação certa tem tudo para virar estatística. Paixão é o motor de uma startup, sem dúvida. Mas, a mentoria é o mapa que recalcula a rota e guia o empreendedor por um terreno cheio de buracos.



Ivan Mendes

O fato é que empreender pode ser uma jornada bem solitária. É aí que o mentor entra, não como um mero conselheiro, mas como um copiloto estratégico. Pode ver isso de perto em projetos como o Anzol de Ouro, uma parceria da FCJ Group com o Shark Tank Brasil. O que vemos ali é o retrato do mercado: talento e boas ideias sobram, mas a capacidade de transformar isso em um negócio de pé é o que separa os sonhadores dos realizadores.

Então, qual é o papel do mentor na prática? Dar um choque de realidade (calculado) é a primeira etapa. Isso porque o empreendedor está apaixonado pela sua solução. Já o conselheiro, que já viu esse filme antes, chega para fazer as perguntas difíceis: "Qual problema real você está resolvendo? Seu modelo de negócio é sustentável? Alguém pagaria por isso?". O objetivo não é desmotivar, mas fortalecer a base do negócio antes que seja tarde demais.

Injetar foco e cortar o ruído também é uma estratégia indispensável. Vale reforçar que o universo das startups é um mar de possibilidades, e a tentação de

querer abraçar o mundo é enorme. Um bom orientador ajuda a priorizar o que realmente gera valor, evitando que tempo e dinheiro — os recursos mais escassos de um novo negócio — sejam queimados em desvios desnecessários.

Outro aspecto do mentor é se apresentar como um ponto de equilíbrio, visto que uma startup vive de altos e baixos. Assim, ele é aquele pilar de suporte nos momentos de crise, oferecendo perspectiva quando a pressão parece insuportável. É sobre desenvolver a resiliência e a inteligência emocional que transformam um fundador talentoso em um líder de verdade.

O mentor é, ainda, o grande responsável por abrir portas – e encurtar caminhos. Uma vez que nenhum negócio cresce de maneira isolada, além de compartilhar conhecimento, ele também abre sua rede de contatos. Acesso a parceiros, investidores e clientes é um capital social que acelera brutalmente a curva de aprendizado e o tempo de chegada ao mercado.

E o futuro? A mentoria também está se reinventando

A tecnologia está entrando em campo. Já vemos plataformas que usam dados e IA para conectar empreendedores aos conselheiros certos, quebrando barreiras geográficas. O objetivo é democratizar o acesso ao conhecimento estratégico, permitindo que mais talentos, não importa de onde venham, possam construir negócios de impacto.

No fim, essa relação é uma via de mão dupla. Para nós, mentores, é uma chance incrível de nos conectarmos com o novo, sermos desafiados e ajudarmos a fortalecer o ecossistema de inovação brasileiro.

A jornada empreendedora sempre será difícil. Mas ter ao lado alguém que já conhece o mapa transforma incertezas em estratégia e potencial em resultado. E esse é um investimento com um retorno que nenhuma planilha consegue calcular.

(Fonte: Ivan Mendes, diretor de Inovação da Algar e presidente do Brain)

News @ TI

Sistema de verificação de agentes de IA para ampliar confiança na tecnologia

A Sumsb, líder global em verificação e prevenção de fraudes, está anunciando o lançamento de uma solução de Verificação de Agentes de IA. A tecnologia traz uma abordagem inédita para controlar a automação impulsionada por inteligência artificial, vinculando-a a uma identidade humana real e verificada dentro do framework Know

Your Agent (KYA) da verificadora. Enquanto as IAs agênticas ganham popularidade, as empresas enfrentam dificuldades, principalmente pelo fato da maioria das plataformas tratar a automação como algo inerentemente suspeito, realizando bloqueios por padrão. Para abordar esse desafio, a plataforma de Verificação de Agentes de IA da Sumsb permite separar a automação legítima, conduzida por humanos, de ataques maliciosos, a partir da vinculação a uma identidade real e verificada (https://sumsub.com/blog/know-your-agent/).

ricardosouza@netjen.com.br

Desemprego cai para 5,1% em dezembro, o menor já registrado

O Brasil registrou, no trimestre encerrado em dezembro, taxa de desocupação de 5,1%, a menor já registrada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua

Observando os dados consolidados de 2025, a taxa anual de desocupação ficou em 5,6%, também a menor já registrada. O número de ocupados chegou a 103 milhões.

O ano passado também registrou recorde na renda média mensal do trabalhador, que atingiu R\$ 3.560, um aumento de 5,7% (ou R\$ 192) na comparação com 2024. O número de carteira assinada no ano também foi o mais alto já registrado: 38,9 milhões de pessoas, expansão de 1 milhão na comparação com o ano anterior. Os dados foram divulgados na sexta-feira (30) pelo IBGE.

Na taxa anual, o Brasil registrou os seguintes contingentes: Empregados da iniciativa privada sem carteira assinada: 13,8 milhões (queda de 0,8% ante 2024);



O número de ocupados chegou a 103 milhões.

Trabalhadores domésticos: 5,7 milhões (-4,4%); Conta própria: 26,1 milhões – o maior já registrado. A taxa anual de informalidade passou de 39%, em 2024, para 38,1% em 2025.

De acordo com a coordenadora da pesquisa, Adriana Beringuy, esse percentual é “valor relevante”, e reflete característica estrutural do mercado de trabalho

brasileiro. “A composição e dinâmica da população ocupada ainda é bastante dependente da informalidade, sobretudo, devido à grande participação de trabalhadores no comércio e em segmentos de serviços mesmos complexos”, avalia.

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva

em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo. Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

A maior taxa de desocupação já registrada na série iniciada em 2012 foi de 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia da Covid-19. De acordo com o Caged, dezembro apresentou saldo negativo de 618 mil vagas formais. No entanto, no consolidado de 2025, o balanço ficou positivo em quase 1,28 milhões de postos com carteira assinada (ABr).

E-mail ou WhatsApp? Por que a resposta certa é usar os dois

Com o crescimento das plataformas de mensagens e a popularização das automações no WhatsApp, muitos empreendedores passaram a questionar o papel do e-mail como canal de vendas

Mas, ao contrário do que se imagina, a melhor estratégia não está em escolher um ou outro, e sim em saber como combiná-los. Em campanhas digitais, ambos os canais oferecem vantagens distintas, e quando bem usados, se complementam, não se anulam.

Essa é a visão de Luiz Santos, fundador da Unnichat, plataforma de CRM e automações via API oficial do WhatsApp. Com ampla experiência em marketing digital e comunicação automatizada, Luiz tem acompanhado de perto a transição dos canais tradicionais para estruturas mais conversacionais e personalizadas. “Se eu olhar só de forma pragmática, a taxa de abertura dos grupos de WhatsApp é superior a 70%. Mas quem garante que a mensagem do e-mail não foi o que fez o cliente decidir pela compra?”, questiona.

De fato, pesquisas recentes apontam que o WhatsApp lidera em engajamento imediato, mas o e-mail ainda desempenha um papel estratégico na jornada de compra. Segundo relatório da Campaign Monitor, a taxa média de abertura de e-mails no Brasil gira entre 20% e 25%, mas com campanhas bem segmentadas, esse número pode ultrapassar os 70% em determinados nichos. Além disso, o e-mail costuma ser o canal preferido para conteúdos mais densos, como materiais ricos, ofertas detalhadas e comunicações institucionais.

No WhatsApp, a força está na agilidade e na sensação de proximidade. É possível personalizar fluxos, enviar mensagens em tempo real, recuperar carrinhos abandonados e manter o lead engajado de forma mais fluida. Luiz destaca que “hoje, vejo que a maior parte das vendas acontece no WhatsApp, mas algumas ainda vêm do e-mail. E se eu parar de usar um, posso comprometer o desempenho do outro”.

A chave, portanto, está na integração dos canais. Empresas que constroem suas jornadas com régua de comunicação omnichannel conseguem nutrir o lead com mais consistência e acompanhar sua evolução com dados cruzados. O estrategista digital comenta que no próprio SendFlow, ferramenta voltada para comunicação automatizada via WhatsApp, o e-mail continua sendo parte da estratégia. “Mesmo com foco total na mensagem, a gente inclui o e-mail na régua, porque entendemos que os canais não concorrem, eles se somam”.

Outro ponto importante é o comportamento fragmentado do consumidor. Ele pode clicar no link enviado pelo WhatsApp, mas só finalizar a compra após ler o e-mail com mais detalhes. Ou pode abrir o e-mail, ignorar naquele momento, mas ser reativado por uma notificação no WhatsApp. Esse cruzamento é que torna a jornada eficaz.

Em um cenário onde a disputa por atenção é intensa, simplificar demais pode sair caro. O cliente não quer ser impactado por todos os lados, mas espera coerência entre os pontos de contato. A combinação entre WhatsApp e e-mail, quando bem alinhada, respeita esse equilíbrio e impulsiona a conversão de forma mais natural.

Exército faz seleção para alistamento militar de homens e mulheres

O Exército Brasileiro realiza na próxima quarta-feira (4), no Setor Militar Urbano (SMU), em Brasília, a Seleção Complementar do Alistamento Militar Inicial — etapa decisiva do processo de incorporação de jovens às fileiras da força terrestre. Pela primeira vez, mulheres participam da seleção complementar, ampliando a presença feminina no processo de ingresso e refletindo o fortalecimento de políticas institucionais voltadas à inclusão, à diversidade e à valorização do potencial das mulheres no âmbito da defesa nacional.

Em todo o território nacional, mais de 33 mil jovens se alistaram em 2025. Para a fase de seleção complementar, mais de 260 mil candidatos, homens e mulheres, foram convocados. Somente em Brasília, mais de 900 jovens do sexo feminino foram chamadas

a participar dessa fase. Durante a atividade, as candidatas passarão por revisão médica e odontológica, exames e avaliações de habilidades específicas, além de entrevista individual, conforme os critérios previstos na legislação vigente, assim como os candidatos do sexo masculino.

Os jovens considerados aptos serão incorporados em março, quando terão início as atividades de formação militar. O serviço militar aproxima os jovens da Instituição e evidencia valores como cidadania, disciplina e patriotismo, além de simbolizar novas oportunidades para homens e mulheres que desejam servir ao país com dedicação, competência e espírito cívico. Por todo o Brasil, serão incorporadas 1.010 mulheres no Exército Brasileiro, sendo 182 na capital federal (ABr).

Receita Federal paga lote da malha fina de janeiro

Cerca de 183 mil contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências com o Fisco vão acertar as contas com o Leão. A Receita Federal está pagando o lote da malha fina de janeiro. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores.

Ao todo, 182.959 contribuintes receberão R\$ 403,65 milhões, entre contribuintes prioritários e não-prioritários. As restituições estão distribuídas da seguinte forma:

- 124.065 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e/ou optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix;
- 27.295 contribuintes de 60 a 79 anos;
- 15.951 contribuintes sem prioridade;
- 7.868 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério;

- 4.692 contribuintes acima de 80 anos;
- 3.088 contribuintes com deficiência física ou mental ou doença grave.

Aberta desde o último dia 23, a consulta pode ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em “Meu Imposto de Renda” (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-bre>), em seguida, no botão “Consultar a Restituição”. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

O pagamento será feito na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina (ABr).



NEGÓCIOS em **PAUTA**

lobato@netjen.com.br

A – Volta às Aulas

Os 3,1 milhões de estudantes das mais de 5.000 unidades estaduais de São Paulo retornam às salas de aula nesta segunda-feira (2). Para o ano letivo de 2026, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) organizou uma série de mudanças e ajustes com foco na melhoria da aprendizagem dos alunos, incluindo expansão de vagas do Ensino Médio Técnico, início das atividades das escolas cívico-militares e ampliação do projeto de tutoria e recomposição de aprendizagem a classes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

B – Acessórios e Serviços

O Grupo Eletrolar All Connected promove a 4ª edição do Congress Brazil Mobile & Expo (CBM), que será realizada de 20 a 22 de março, no Distrito Anhembi, em São Paulo. O evento se consolida como um espaço estratégico para apresentar ao mercado brasileiro as principais tendências da telefonia móvel, conectando dados, comportamento do consumidor e oportunidades de negócios. O evento reunirá 500 marcas, entre fabricantes, distribuidores, startups, fintechs e empresas de tecnologia, com expectativa de receber cerca de 10 mil visitantes. Saiba mais: (www.congressbrazilmobile.com).

C – Pós-graduação

A Faculdade de Comércio de São Paulo (FAC-SP) lança um novo programa de Pós-Graduação Lato Sensu em parceria com o Instituto Ives Gandra da Silva Martins de Direito, Filosofia e Economia. A iniciativa é voltada a profissionais que desejam ocupar posições de liderança in-

telectual e jurídica de forma estratégica. A nova pós-graduação integra Direito, Economia e Filosofia em uma proposta de formação capaz de preparar profissionais para interpretar a norma jurídica e compreender a realidade econômica e agir com base em fundamentos éticos sólidos competências essenciais diante dos desafios do século XXI.

D – Assessor de Investimentos

A XP Educação, plataforma de ensino da XP Inc., apresenta a nova edição da 'Jornada de Formação de Assessores 2026', uma trilha gratuita e totalmente reformulada para oferecer uma experiência de aprendizagem prática, focada na preparação para a certificação ANCORD (Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras) e conectada diretamente às vagas abertas nos escritórios parceiros da XP. O programa contará com apenas duas turmas ao longo do ano, com vagas limitadas, e estará com inscrições abertas de 02 de fevereiro a 06 de março em: (<https://www.xpeducacao.com.br/cursos/certificacoes/ancord>).

E – Impressão 3D

A ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) realiza, nos dias 2 e 3 de fevereiro, o curso Impressão 3D para Aplicações Industriais, formação voltada a profissionais que buscam aplicar a manufatura aditiva em ambientes produtivos, considerando requisitos mecânicos, térmicos e químicos de componentes industriais. O curso é direcionado a técnicos, engenheiros, gestores de produto, especialistas em processos, manutenção e almoxarifados industriais. Mais informações: (11) 5582-6321/6326 - WhatsApp: (11) 94526-8280

ou (<https://abimaq.org.br/cursos/1703/impressao-3d-para-aplicacoes-industriais>).

F – Mercado Automotivo

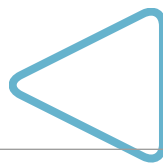
O mercado de veículos eletrificados seguiu despertando o interesse dos brasileiros ao longo de 2025. De acordo com dados do Webmotors Autoinsights, ferramenta de dados e inteligência sobre o mercado automotivo, as buscas e visitas por modelos híbridos e elétricos cresceram 38% em relação ao ano anterior. Este avanço está em linha, inclusive, com os dados de emplacamento divulgados pela Anfavea, que reportaram um crescimento de 60,8% no número de veículos eletrificados emplacados em 2025 na comparação com o ano anterior.

G – Responsabilidade Social

Três dos maiores nomes da saúde emocional e liderança mundial estarão juntos, pela primeira vez, em um mesmo palco. Rick Warren, Augusto Cury e Chepe Putzu participam do NEST Mundial nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2026, em Alphaville, São Paulo. O NEST - Necessidade, Estratégias, Soluções e Tempo - foi criado para capacitar líderes com ferramentas estratégicas voltadas aos desafios mais urgentes da humanidade. Durante dois dias de imersão, os líderes de diferentes áreas irão aprofundar temas como visão, propósito, cultura organizacional e transformação em prol de soluções de responsabilidade social. Mais informações em: (<https://www.lolegendarios.org/nextmundial>).

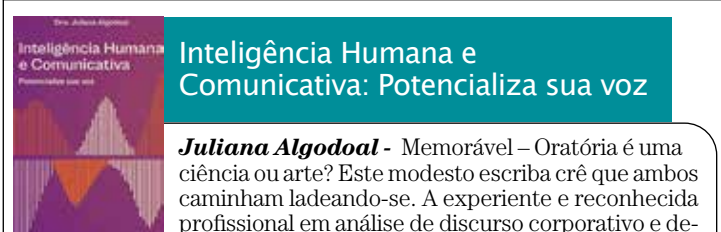
H – Prontos pro Mundo

A Lista preliminar da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) liberou a lista preliminar com 500 estudantes selecionados para o intercâmbio do programa Prontos pro Mundo. Esses alunos devem embarcar para a Austrália, Canadá, Irlanda e Nova Zelândia no segundo semestre deste ano. A classificação está disponível no portal da Secretaria da Educação e no site (<https://www.prontospromundo.educacao.sp.gov.br/>). A cada ano, o programa de intercâmbio do Governo do Estado leva 1.000 estudantes para uma experiência de três meses em high school (etapa semelhante ao Ensino Médio) em países de língua inglesa.



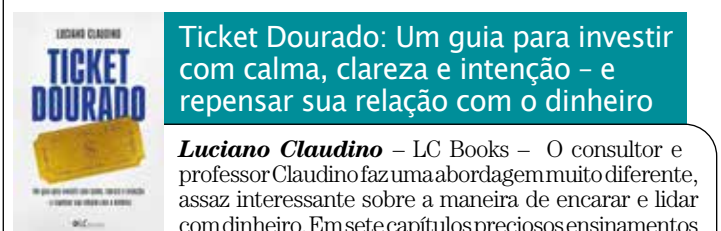
Livros em Revista

Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br)



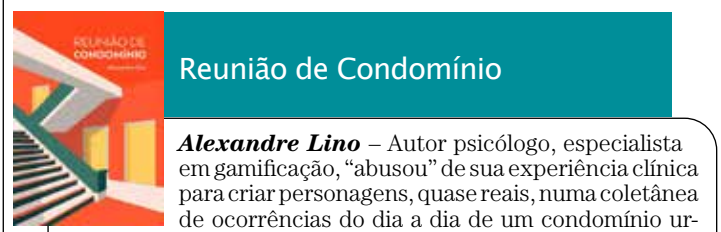
Inteligência Humana e Comunicativa: Potencializa sua voz

Juliana Algodoal - Memorável – Oratória é uma ciência ou arte? Este modesto escriba crê que ambos caminham lado a lado. A experiente e reconhecida profissional em análise de discurso corporativo e demais atividades na área de fonologia esclarece de maneira inequívoca. Trata-se de uma obra que visa melhorar ou cultivar a maneira correta de expressar-se em público, algo que sabemos não ser nada fácil. Juliana, ensina os passos e lastreia caminhos para que essa tarefa saia do estigma do horror, dor, para o sucesso. A voz recebe tratamento especial. A linguagem da obra é totalmente empática, respeitando limites, sem “agressões”. O leitor, de qualquer profissão, ou atividade que tenha, terminado a leitura sentir-se-á apto a proferir suas ideias, com clareza, em qualquer ambiente com sucesso. Absolutamente factível!!



Ticket Dourado: Um guia para investir com calma, clareza e intenção - e repensar sua relação com o dinheiro

Luciano Claudino - LC Books - O consultor e professor Claudino faz uma abordagem muito diferente, assaz interessante sobre a maneira de encarar e lidar com dinheiro. Em sete capítulos preciosos ensinamentos são arrolados. A importância de saber onde e por qual motivo deve ser escolhido, este ou aquele investimento, é devidamente dissecada. Não deixa dúvidas. Literalmente “levanta” o tapete dos sistemas financeiros. O que fazer com o capital ganho e como alimentá-lo, é o que o leitor encontrará. Longe de ser um clichê. Um verdadeiro manual do progresso e de como evitar perdas. Rico!



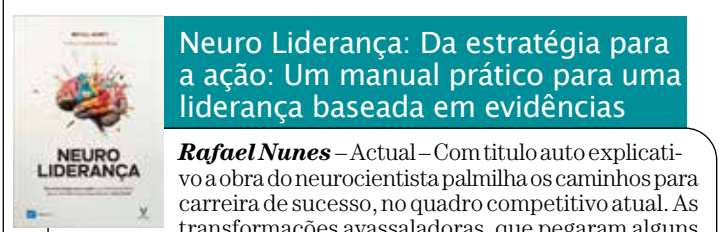
Reunião de Condomínio

Alexandre Lino - Autor psicólogo, especialista em gamificação, “abusou” de sua experiência clínica para criar personagens, quase reais, numa coletânea de ocorrências do dia a dia de um condomínio urbano. O lúdico destaca-se, todavia, há espaço para reflexões antropológicas, sem gravames, todavia sérias, que refletem personalidades distintas que norteiam nossa sociedade em quaisquer níveis. Uma leitura prazerosa, que agrega valores mesmo para quem jamais morou em copropriedade!



A Longa Revolução

Raymond Williams - Ugo Rivetti (Trad) - Edusp - Raymond foi um estudioso das evoluções e revoluções da sociedade contemporânea. Adepto de Marx, não deixou de criticá-lo, bem como algumas teorias esquerdistas. Focado na sociedade britânica, realizou exaustiva pesquisa das alterações sociais desde a metade até década de 60, quando a obra foi pela primeira vez editada. Um excelente compêndio de caráter histórico social. Deverá ser lido por professores, alunos de história, economia e administração bem como por interessados em dados históricos. Esclarecedor!



Neuro Liderança: Da estratégia para a ação: Um manual prático para uma liderança baseada em evidências

Rafael Nunes - Actual - Com título auto explicativo a obra do neurocientista palmilha os caminhos para carreira de sucesso, no quadro competitivo atual. As transformações avassaladoras, que pegaram alguns de surpresa, bateram em nossas portas de maneira inexorável. Vieram para ficar, forçando-nos a uma brusca adaptação. Rafael indica, com total precisão, uma direção correta. Oportuno!

www.bcctelevisao.com.br

Assista ao programa Livros em Revista. Um canal repleto de novidades do universo literário. Entretenimento garantido!



Com apresentação de Ralph Peter.



Proclamas de Casamentos

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

3º Subdistrito - Penha de França
Dr. Mario Luiz Migotto - Oficial Interino

Faço saber que os seguintes pretendentes apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, do Código Civil Atual Brasileiro e desejam se casar:

O pretendente: **PEDRO HENRIQUE MARIANO DA PAZ**, profissão: analista de atendimento, estado civil: solteiro, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 23/08/2002, residente e domiciliado em Penha de França, São Paulo, SP, filho de Ricardo David da Paz e de Márcia Mariana da Silva Paz. A pretendente: **GIOVANNA COLLIN VIOLIM**, profissão: enfermeira, estado civil: solteira, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 11/01/2002, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Wellington Adilson Dias Violim e de Grasiela Collin Violim.

O pretendente: **THIAGO MOREIRA MENESES**, profissão: administrador, estado civil: solteiro, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 20/02/1998, residente e domiciliado em Penha de França, São Paulo, SP, filho de Paulo Antonio Menezes e de Ingrid Moreira Menezes. A pretendente: **LUNA DOMINGUES DE ANDRADE REBELLO**, profissão: engenheira civil, estado civil: solteira, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 05/06/1992, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Joaquim Andrade Rebello Filho e de Zaira Maria França Domingues.

O pretendente: **RICARDO COSTA CARVALHO SANO**, profissão: economista, estado civil: solteiro, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 07/11/1996, residente e domiciliado no Jardim Paulista, São Paulo, SP, filho de Flávio Sano e de Beatriz Tavares Costa Carvalho. A pretendente: **ISABELA VALENTE DA GAMA**, profissão: advogada, estado civil: solteira, naturalidade: São Paulo, SP, data-nascimento: 06/10/1998, residente e domiciliada em Penha de França, São Paulo, SP, filha de Evandro Bertoni da Gama e de Natalia Jacob Valente.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado no Oficial de Registro Civil e publicado na imprensa local
Jornal Empresas & Negócios

Como a tecnologia aliada à IA pode ajudar o varejo a reduzir perdas?

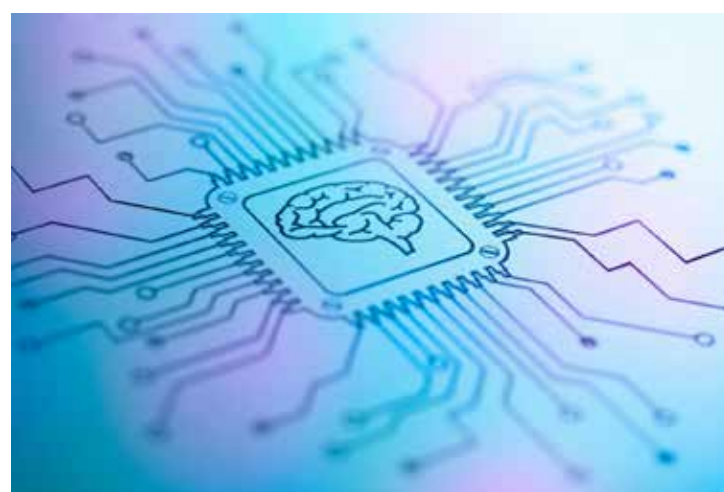
Diferentemente de outros segmentos, o varejo lida com sazonalidades críticas, que vão desde a manutenção do giro de estoque - com a compra de mercadorias na quantia exata para que não haja falta ou excesso - até o atendimento de todo o ciclo de vendas baseado na demanda do público

Diego Bortolucci (*)

De acordo com a pesquisa Abrappe de Perdas no Varejo Brasileiro 2024, realizada pela KPMG e pela Associação Brasileira de Prevenção de Perdas, mesmo com o aumento do faturamento, o varejo apresentou uma elevação de até 10% nos prejuízos, o que significa perdas que podem chegar a R\$ 34,9 bilhões. O dado reforça a importância do setor investir na prevenção de perdas - algo que pode ser obtido com o apoio estratégico da Inteligência Artificial.

Atualmente, a margem é a grande dor enfrentada pelo varejista. Diferentemente de outros segmentos, o varejo lida com sazonalidades críticas, que vão desde a manutenção do giro de estoque - com a compra de mercadorias na quantia exata para que não haja falta ou excesso - até o atendimento de todo o ciclo de vendas baseado na demanda do público. Tendo em vista que o setor está presente tanto no ambiente físico quanto no digital, todo esse processo demanda um monitoramento rigoroso a fim de evitar perdas causadas por furtos, avarias e erros operacionais. É, justamente nesse contexto, que a Inteligência Artificial entra como uma grande auxiliadora.

Quando essa ferramenta é aplicada em todas as etapas da operação, o varejo passa a ter previsibilidade. Além de automatizar tarefas - o que elimina erros manuais e garante maior eficiência - a IA possibilita uma melhor garantia da margem, visto que, a partir das informações geradas, a empresa efetua



Van Balij, CANVA

compras sob medida e vende com maior rapidez. Com o apoio da tecnologia, furtos e desperdícios são combatidos de forma mais eficaz, uma vez que o planejamento produtivo se torna automático e permite rastrear todo o processo, desde a produção até a venda.

Em contrapartida ao que comumente se ouve de que “retail é venda e volume”, a IA mostra que o setor também é precisão, apoiando na precificação dinâmica conforme as oscilações do mercado, o que beneficia diretamente a margem de lucro. Contudo, mesmo diante dos ganhos da digitalização, o varejo ainda enfrenta altas perdas por não automatizar etapas-chave. De acordo com levantamentos da McKinsey e da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), as falhas em processos desconectados podem comprometer de 10% a 20% do faturamento das empresas.

Mais do que impactar a lucratividade, a falta de eficiência compromete o desempenho humano através dos altos índices de turnover, causados, fundamentalmente, por erros e falhas nos processos que desestimulam as

equipes. Ou seja, a falta de um alinhamento cultural em prol do crescimento do time é um obstáculo a ser ultrapassado. Nesse sentido, a IA também atua para contribuir com o conhecimento organizacional. Por mais revolucionária que seja uma tecnologia, ela ainda é feita por e para pessoas. O grande papel desses recursos é auxiliar em uma atuação estratégica, permitindo que o colaborador, ao ser retirado de processos burocráticos, possa se dedicar a funções que agreguem valor real.

Certamente, esse direcionamento depende da visão unificada que o gestor passa a obter. Com o uso da tecnologia, os líderes podem recorrer a ferramentas de automação e Agentes de IA que monitoram toda a operação, entregando resultados em tempo real. É importante ressaltar que tanto a Inteligência Artificial quanto outros recursos não são ciências exatas e dependem do abastecimento de informações de qualidade; erros ainda podem acontecer, mas a agilidade na correção traz ainda mais segurança à operação.

Já passamos, há muito tempo, da fase do hype da

IA. Hoje, quem não a utiliza corre o risco sério de ficar para trás. No varejo, sua utilização está amplamente relacionada ao ganho na cadeia de suprimentos, permitindo uma visão ágil de todas as unidades acerca das demandas e do desempenho. Além disso, à medida que novas demandas específicas do negócio surgem a partir desse controle, também são gerados novos postos de trabalho.

Mesmo apontando todos os ganhos, de nada adianta aderir a ferramentas sem que haja sinergia com a organização. O mercado está repleto de supostos especialistas que se dizem “Einsteins”, mas não o são. Quando falamos sobre IA, é preciso ter a humildade de entender que estamos todos aprendendo sobre seus impactos nos negócios. Sendo assim, ter o apoio de uma consultoria especializada que atue no setor e venha aperfeiçoando o conhecimento sobre a aplicabilidade técnica é uma estratégia vital. Um time de especialistas auxiliará não apenas na interpretação do atual cenário, mas guiará a empresa nos próximos passos para a conquista da vantagem competitiva.

O varejo é um setor intrínseco ao nosso dia a dia e à economia. Quanto mais o segmento utilizar recursos tecnológicos, principalmente a IA, melhores serão seu desempenho e o fortalecimento de sua base para garantir crescimento sustentável. Afinal, para tomar decisões assertivas, é preciso ter conhecimento.

(*) Responsável pela área de SAP S/4HANA da SPS Group.

A pergunta de um milhão de reais: sua empresa foi vítima ou apenas “previsivelmente atacável”?

Por muito tempo, o Direito Civil serviu como um porto seguro para empresas vítimas de incidentes cibernéticos. O argumento era quase padrão: o ataque de um hacker seria o equivalente moderno a um raio ou um terremoto — um caso fortuito externo, imprevisível e inevitável, capaz de romper o nexo de causalidade e afastar o dever de indenizar. Contudo, em 2026, essa tese está com os dias contados. O Judiciário começa a consolidar um entendimento mais rigoroso: em um ecossistema digital hiperconectado, ser alvo de um ataque não é mais uma fatalidade estatística, mas um risco inerente à atividade empresarial.

A discussão jurídica está sofrendo uma migração pendular. Não se pergunta mais apenas: “A empresa foi atacada?”. A pergunta de um milhão de reais (muitas vezes, literalmente) passou a ser: “Sua infraestrutura era previsivelmente atacável?”.

Essa mudança de paradigma transforma o ataque cibernético de um fortuito externo para um fortuito interno. Assim como o STJ já consolidou na Súmula 479 que fraudes bancárias cometidas por terceiros não eximem as instituições financeiras de respon-

sabilidade, o mesmo raciocínio se expande aos poucos para o tratamento de dados pessoais em qualquer setor.

Sob a ótica da LGPD (especialmente o artigo 46) e do Código Civil, a segurança da informação deixou de ser um diferencial competitivo para se tornar o padrão de diligência mínima.

Se uma empresa opera com sistemas desatualizados, sem autenticação de múltiplos fatores (MFA) ou sem uma política de governança de dados robusta, ela não é “vítima” de um hacker genial. Ela é, juridicamente, negligente em relação à vulnerabilidade que era plenamente previsível e evitável.

Imagine deixar a porta da frente de uma loja aberta, em uma rua movimentada, no meio da madrugada, e depois tentar convencer o seguro de que o furto foi uma “surpresa inevitável”. No mundo digital, o raciocínio é o mesmo.

A ideia de que um ataque cibernético é um evento imprevisível, como um raio que cai do céu, está sendo atropelada pela realidade. Se a tecnologia para prevenir uma invasão já é tão acessível e conhecida quanto um cinto de segurança ou um extintor de incêndio, a omissão em adotá-la transforma o que seria um “caso fortuito” em uma escolha de risco.

Nesse novo cenário, o Judiciário parou de olhar apenas para a agilidade do invasor e começou a analisar a inércia do invadido. A conformidade com a LGPD, portanto, deixa de ser uma lista de tarefas burocráticas para se tornar uma prova de resistência: em um eventual processo, a pergunta de ouro não será mais sobre a autoria do ataque, mas sobre o quão difícil a empresa tornou a vida do invasor.

O ciberincidente perdeu seu status de “bilhete de saída” para a responsabilidade civil. No tribunal da era digital, o “azar” não é mais um excluyente de ilicitude aceitável quando a porta foi deixada encostada.

A autoridade e a sobrevivência das empresas agora dependem da capacidade de provar que, embora nenhum sistema seja um forte impenetrável, a empresa não era — por negligência técnica ou falta de governança — previsivelmente atacável. O ataque pode até ser uma fatalidade, mas a vulnerabilidade exposta é, cada vez mais, uma sentença de responsabilidade.

(Fonte: Tamires Freitas é sócia da área cível do Andrade Maia Advogados, com atuação no contencioso estratégico de alta complexidade, especialmente em responsabilidade civil).



A corrida brasileira pela dupla cidadania europeia em 2026

A busca pela dupla cidadania europeia deixou de ser um sonho distante para se tornar uma estratégia de vida planejada por milhares de brasileiros

Rafael Ganesini (*)

Segundo dados reportados pelo Ministério da Justiça de Portugal, mais de 1,5 milhão de pessoas solicitaram a cidadania portuguesa entre 2020 e 2025. Essa massa de pedidos comprova que o passaporte europeu é visto como um plano de segurança, uma porta de entrada para um leque mais amplo de oportunidades. Assim, a dupla cidadania, especialmente de países como Portugal e Itália, que oferecem a via do jus sanguinis (direito de sangue), confere mais do que a isenção de vistos.

Impulsionado principalmente pelo desejo de melhores oportunidades econômicas e estabilidade política, esse aumento da procura pelo passaporte europeu é o “plano B” de muitos brasileiros, que oferece segurança contra as incertezas futuras. A possibilidade de realizar um teletrabalho internacional (anywhere office) tem transformado o mercado corporativo. Com isso, a necessidade de imigrar se tornou em uma escolha estratégica e muito mais real, onde profissionais brasileiros, especialmente de áreas de alta demanda global (como tecnologia e finanças), utilizam o passaporte para residir legalmente em outros países, enquanto mantêm seus empregos.

Além disso, a busca por qualidade de vida e por uma educação mais democratizada são fatores que fomentam ainda mais essa estratégia. Isso porque a segurança urbana, os eficientes sistemas de saúde pública e a infraestrutura de transporte de ponta da Europa elevam o bem-estar e a tranquilidade para toda a família, fatores cada vez mais valorizados em um mundo acelerado. Por sua vez, o acesso ao ensino acessível na UE é um diferencial inegável. Como cidadão europeu, o brasileiro não é considerado um estudante internacional, garantindo o acesso a universidades de alto nível com custos



diegoandri_CANVA

substancialmente mais baixos ou até mesmo gratuitos.

Por outro lado, o fator emocional é igualmente poderoso. A procura pelo passaporte internacional é, para muitas pessoas, a oportunidade de se reconectar com as suas origens e a ancestralidade. É o resgate de uma história familiar, que preenche lacunas genealógicas e honra o legado dos imigrantes. Esse laço cultural transforma o processo burocrático em uma jornada de redescoberta e reforço de identidade. Assim, o passaporte europeu confere uma mobilidade global incomparável. Além da livre circulação no continente, ele facilita o acesso a inúmeros outros países, eliminando a necessidade de vistos para destinos como Estados Unidos, Canadá e Japão, um ativo inestimável para viajantes de negócios e turismo global.

Contudo, as mudanças nas leis de imigração da União Europeia estão incentivando a regularização antecipada. Isso porque uma nova legislação entrará em vigor em 2026 e permitirá que imigrantes legalmente residentes em um país membro trabalhem em qualquer outro estado sem a necessidade de um novo visto, o que incentiva os brasileiros a se regularizarem o quanto antes para aproveitar o benefício desde o início.

Nesse contexto, a regularização antecipada tornou-se mais do que uma conveniência; é uma necessidade

estratégica. O cenário jurídico atual na Itália aguarda com expectativa o desfecho judicial sobre o Decreto-Lei nº 36/2025, que tentou restringir o reconhecimento para gerações mais distantes. Especialistas preveem que uma eventual queda dessas restrições pela Corte Constitucional em 2026 desencadeará uma onda sem precedentes de novos pedidos, o que congestionará os órgãos italianos. Assim, aqueles que iniciarem o processo antecipadamente, organizando a documentação e superando as etapas iniciais de busca e retificação, não apenas garantem o direito, mas asseguram um reconhecimento mais célere, seguro e livre dos erros comuns causados pela pressa de última hora.

Por fim, a corrida por raízes europeias em 2026 é impulsionada por uma percepção clara: a dupla cidadania é a ferramenta que permite aos brasileiros participarem de forma plena da economia e da sociedade global, oferecendo segurança, mobilidade, educação de qualidade e bem-estar para si e para as futuras gerações. É o investimento mais seguro e duradouro no futuro da família, utilizando os laços históricos como um caminho para a integração global e o desenvolvimento pessoal e profissional.

(*) CEO e co-fundador da Cidadania4U - primeira empresa brasileira criada com o objetivo de auxiliar pessoas a obter a cidadania europeia de forma transparente e prática e em um ambiente 100% online.

O turismo que vira caminho

Ademar Batista Pereira (*)

O turismo vive um de seus melhores momentos no Brasil, e o Paraná tem se destacado de forma consistente nesse cenário

o acesso, diversifica o perfil de visitantes e reforça a ideia de que o caminho é, antes de tudo, uma experiência de conexão.

No percurso mais longo, há um elemento que torna a jornada ainda mais singular: o trecho entre Guaraqueçaba e Paranaguá é realizado pela baía que abriga a maior área contínua de Mata Atlântica preservada do mundo. Nesse segmento, o deslocamento pelas águas deixa de ser apenas um meio e passa a fazer parte do sentido do percurso, integrando espiritualidade, contemplação e consciência ambiental.

O Caminho do Bom Jesus da Mata Atlântica surge da compreensão de que o turismo precisa ir além da visita pontual. Ele propõe presença, tempo e escuta. Valoriza o percurso tanto quanto o destino e reconhece que o verdadeiro impacto do turismo está na capacidade de gerar vínculos duradouros entre quem visita e quem vive no território.

Com demarcação em andamento e mapa oficial já disponível, o projeto dialoga diretamente com as principais tendências do turismo contemporâneo: experiências autênticas, valorização do patrimônio histórico, preservação ambiental e fortalecimento das comunidades locais. Nesse modelo, o turismo deixa de ser apenas consumo e passa a gerar impacto positivo real, movimentando economias locais, estimulando o cuidado com o meio ambiente e preservando aquilo que torna cada lugar único.

Com lançamento oficial previsto para o primeiro semestre de 2026, o Caminho do Bom Jesus da Mata Atlântica aponta para uma nova fronteira do turismo no Paraná — uma fronteira em que crescimento econômico, sustentabilidade e sentido humano caminham juntos. Quando o turismo vira caminho, ele deixa de ser apenas passagem e se transforma em experiência, aprendizado e pertencimento.

(*) Presidente do Instituto Destino Brasil.

Entre janeiro e novembro de 2025, o estado registrou crescimento de 5,5% no volume de atividades turísticas, superando a média nacional e estados historicamente fortes no setor. No mesmo período, mais de 1,06 milhão de turistas internacionais desembarcaram em território paranaense — um recorde que vai além da estatística e sinaliza uma transformação mais profunda na forma de viajar.

Mais do que números positivos, esse movimento revela uma mudança no perfil do turista. Cresce a busca por experiências que tenham significado, que conectem natureza, cultura, espiritualidade e pertencimento. Viajar deixa de ser apenas deslocamento ou consumo de paisagens e passa a ser uma forma de vivenciar territórios, histórias e identidades. É nesse contexto que o turismo se apresenta como uma poderosa ferramenta de desenvolvimento humano e territorial.

Iniciativas como o Caminho do Bom Jesus da Mata Atlântica materializam essa mudança. Desenvolvido pelo Instituto Destino Brasil, o projeto nasce no litoral e na Serra do Mar paranaense com a proposta de ir além do conceito tradicional de peregrinação. O caminho convida a uma experiência plural, acessível a diferentes públicos, ritmos e formas de deslocamento, reconhecendo que cada pessoa se relaciona com o território à sua maneira.

A rota parte da Paróquia São Sebastião, em Quatro Barras, e segue até a histórica Capela Bom Jesus do Cardoso, em Morretes, atravessando áreas preservadas da Mata Atlântica. São dois trajetos possíveis — de aproximadamente 70 e 230 quilômetros — que podem ser percorridos a pé, de bicicleta ou com veículos motorizados. Essa flexibilidade amplia

Sergio Stephano Chohfi - Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 11.360.442/0001-33 - NIRE 35.300.037.502

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos 30/12/2025, em primeira convocação, às 9h., a Assembleia Geral Extraordinária, de modo exclusivamente digital, através da plataforma digital Google Meet ("Plataforma Digital"). **Convocação:** Edital de convocação publicado no jornal "Empresas e Negócios", nas edições (i) impressa (página 5) e online do dia 22/12/2025; (ii) impressa (página 5) e online do dia 23/12/2025; e (iii) impressa (página 5) e online do dia 26/12/2025, conforme o disposto no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa, Quórum e Presença:** Assumiu a presidência da mesa a Sra. Roberta Dib Chohfi ("Presidente"), que convidou o Sr. Bernardo Borchardt ("Secretário") para secretariar os trabalhos. Com a presença de acionistas representando 92,4% da totalidade. **Deliberações tomadas:** 1. Balanço Patrimonial da Companhia. Aprovar, o balanço patrimonial da Companhia datado de 30/11/2025, elaborado pela administração da Companhia. 2. Aumento do Capital Social da Companhia. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 1.000.000,00, para R\$ 105.495.000,00, no aumento efetivo, portanto, de R\$ 104.495.000,00 mediante a capitalização parcial do saldo dos lucros auferidos pela Companhia, existentes na conta "Lucros Acumulados", constantes do balanço patrimonial da Companhia datado de 30/11/2025. Os acionistas deliberam, por unanimidade dos presentes, que o aumento de capital ora aprovado será realizado mediante o aumento do valor nominal das ações de emissão da Companhia, o qual passa dos atuais R\$ 1,00 por ação para R\$ 105,495 por ação, mantido inalterado o número de ações e preservadas, de forma integral, as participações detidas por cada acionista no capital social da Companhia. 3. Distribuição de Dividendos. Aprovar nos termos do artigo 204, caput, da Lei das Sociedades por Ações, a distribuição de dividendos aos acionistas detentores de ações preferenciais classe "D" da Companhia no valor de R\$ 95.252.635,17, a título de pagamento do dividendo mínimo prioritário atribuído às ações preferenciais classe "D", nos termos do Artigo 5º, § 6º, do Estatuto Social da Companhia, com base no saldo dos lucros auferidos pela Companhia, existentes na conta "Lucros Acumulados", constantes do balanço patrimonial da Companhia datado de 30/11/2025, cujo pagamento se dá, na presente data, mediante pagamento em natura, por meio da cessão proporcional pela Companhia aos acionistas detentores das ações preferenciais classe "D" da integralidade dos créditos decorrentes dos valores a serem recebidos pela Companhia a título de juros compensatórios, juros moratórios, multas, atualizações e quaisquer outros encargos incidentes, no âmbito da ação de desapropriação nº 0936886-75.1986.4.03.6100 em trâmite perante a 10ª Vara Cível Federal de São Paulo, acumulados desde 05/09/2014. (1) decorrente da controvérsia acerca da legalidade dos juros compensatórios, que aguardava modulação de efeitos no âmbito da ADIN nº 2.332, e que foi objeto de depósito pela União Federal em conjunta judicial da Companhia; e (2) Ofício Requisitório Precatório de ID 346256799, referente à diferença de correção monetária (fls. 2249-2256 ID 41079650). Os créditos ora cedidos a título de dividendos são transferidos aos respectivos acionistas líquidos de quaisquer retenções aplicáveis, inclusive aquelas decorrentes de tributos, provisões, taxas e compensações eventualmente incidentes. 3.1. Os acionistas esclarecem que (a) os valores objeto da cessão a título de dividendos ora deliberada correspondem a pagamento do dividendo mínimo prioritário atribuído às ações preferenciais classe "D", nos termos do Artigo 5º, § 6º, do Estatuto Social da Companhia; (b) a Companhia permanecerá no polo passivo da ação de desapropriação nº 0936886-75.1986.4.03.6100, para fins do efetivo recebimento de todos e quaisquer valores dela decorrentes; e (c) na medida em que quaisquer valores decorrentes de condições que tenham sido cedidos nos termos do item "5.3" acima venham a ser efetivamente recebidos pela Companhia no âmbito da referida ação de desapropriação, em nome e por conta dos acionistas detentores das ações preferenciais classe "D", a Companhia deverá proceder ao repasse de tais valores aos respectivos acionistas, observadas eventuais retenções decorrentes de tributos, provisões, taxas e compensações eventualmente incidentes, em estrita observância ao disposto no item "3" acima. 4. Ratificação do Integral Pagamento do Dividendo Mínimo Prioritário. Aprovar, por solicitação dos presentes, a retirada de pauta da matéria constante do item "(iv)" 5. Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social. Aprovar, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em razão das deliberações tomadas acima, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 5º - O capital social é de R\$ 105.495.000,00, representado por (a) 490.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 105,495 cada, de uma só classe, e (b) 510.000 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$ 105,495 cada, divididas em quatro classes, sendo 1.000 ações preferenciais classe "A", 256.985 ações preferenciais da classe "B", 242.015 ações preferenciais da classe "C" e 10.000 ações preferenciais da classe "D". Parágrafo 1º - As ações poderão ser representadas por certificados ou cotações, sempre assinados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores. Parágrafo 2º - As ações são indivisíveis em relação à sociedade. Parágrafo 3º - As ações preferenciais da classe "A" terão direito a voto irrevocabil nas Assembleias Gerais, não serão resgatáveis, e conferirão a seus titulares o direito a dividendo mínimo prioritário, no montante de R\$ 994.406,34, montante este já integralmente pago, participando dos lucros remanescentes da Sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, exceto se de outra forma deliberado em assembleia geral de acionistas. Parágrafo 4º - As ações preferenciais da classe "B" terão direito a voto irrevocabil nas Assembleias Gerais, não serão resgatáveis, e conferirão a seus titulares o direito a dividendo mínimo prioritário, no montante total de R\$ 134.240.388,07, montante este já integralmente pago, participando dos lucros remanescentes da Sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, exceto se de outra forma deliberado em assembleia geral de acionistas. Parágrafo 5º - As ações preferenciais da classe "C" terão direito a voto irrevocabil nas Assembleias Gerais, não serão resgatáveis, e conferirão a seus titulares o direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário da integralidade dos valores a serem recebidos pela Companhia nos autos da Ação de Desapropriação nº 0936886-75.1986.4.03.6100 em trâmite perante a 10ª Vara Cível Federal de São Paulo de todos os juros, correção monetária e acessórios incidentes sobre o saldo de R\$ 7.862.483,27 depositado pela União Federal em 2019 na conta judicial da Companhia, participando dos lucros remanescentes da Sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, exceto se de outra forma deliberado em assembleia geral de acionistas. Parágrafo 6º - As ações preferenciais da classe "D" terão direito a voto irrevocabil nas Assembleias Gerais, não serão resgatáveis, conferirão a seus titulares o direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário da integralidade dos valores a serem recebidos pela Companhia a título de juros compensatórios, juros moratórios, multas, atualizações e quaisquer outros encargos incidentes, no âmbito da ação de desapropriação nº 0936886-75.1986.4.03.6100 em trâmite perante a 10ª Vara Cível Federal de São Paulo, acumulados desde 05/09/2014. (1) decorrente da controvérsia acerca da legalidade dos juros compensatórios, que aguardava modulação de efeitos no âmbito da ADIN nº 2.332, e que foi objeto de depósito pela União Federal em conjunta judicial da Companhia; e (2) Ofício Requisitório Precatório de ID 346256799, referente à diferença de correção monetária (fls. 2249-2256 ID 41079650), participando dos lucros remanescentes da Sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, exceto se de outra forma deliberado em assembleia geral de acionistas. Parágrafo 7º - A consolidação do Estatuto Social. Aprovar, em razão das alterações acima aprovadas, a consolidação do Estatuto Social da Companhia que passa a vigorar de forma consolidada conforme o Anexo I desta ata, e que ficará arquivado na sede da Companhia, ficando dispensada a sua publicação tendo em vista a transcrição integral dos artigos alterados acima. 7. Autorização à Administração. Aprovar, a autorização para a administração da Companhia tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações ora aprovadas, incluindo, sem limitação, aquelas relacionadas à emissão e anotação das ações ora emitidas nos livros sociais da Companhia e pagamentos a serem feitos no âmbito da distribuição de dividendos ora aprovada. Nada mais. São Paulo, 30/12/2025. A Integra da Ata encontra-se disponível no site: https://jornalempresasnegocios.com.br/publicidade_legal/ lueesp nº 10.11/26-5 em 26/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ULTRACARGO LOGÍSTICA S.A.

CNPJ Nº 14.688.220/0016-40 - NIRE 35300492897

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente, ficam os Srs. Acionistas convidados a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Ultracargo Logística S.A. ("Companhia"), que se realizará no dia 10 de fevereiro de 2026, às 11 horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 1343, 4º andar, Bela Vista, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 01317-910, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Resgate da totalidade de ações preferenciais de emissão da Companhia em circulação; 2) Grupamento de ações ordinárias, à razão de 10 ações atualmente existente em 01 ação de mesma classe e espécie; 3) Reforma do Estatuto Social da Companhia para refletir as matérias acima; e 4) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Participação na Assembleia: Para participar da presente Assembleia, os acionistas devem apresentar declaração emitida pela instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 02 (dois) dias úteis antes da Assembleia. Poderão participar da Assembleia acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que cumpram com os requisitos formais de participação previstos na Lei 6.404/76. Referida procuração deverá ser depositada na sede social da Companhia, até às 14 horas do dia 06 de fevereiro de 2026. São Paulo, 31 de janeiro de 2026. FULVIUS ALEXANDRE PEREIRA TOMELIN - Presidente.

ULTRACARGO LOGÍSTICA S.A.

CNPJ Nº 14.688.220/0016-40 - NIRE 35300492897

Edital de Convocação

ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL DE ACIONISTAS TITULARES DE AÇÕES PREFERENCIAIS

Pelo presente, ficam os Srs. Acionistas detentores de ações preferenciais Ultracargo Logística S.A. ("Companhia") convidados a comparecer à Assembleia Geral Especial, que se realizará no dia 10 de fevereiro de 2026, às 10 horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 1343, 10º andar, Bela Vista, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 01317-910, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Resgate da totalidade de ações preferenciais de emissão da Companhia em circulação. Participação na Assembleia: Para participar da presente Assembleia, os acionistas devem apresentar declaração emitida pela instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, 02 (dois) dias úteis antes da Assembleia. Poderão participar da Assembleia acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que cumpram com os requisitos formais de participação previstos na Lei 6.404/76. Referida procuração deverá ser depositada na sede social da Companhia, até às 14 horas do dia 06 de fevereiro de 2026. São Paulo, 31 de janeiro de 2026. FULVIUS ALEXANDRE PEREIRA TOMELIN - Presidente.





A força da propriedade intelectual na economia do samba

Felipe Ferreira Simões dos Santos e
Isabelle Illiciev Lage (*)

O Carnaval carioca é mundialmente reconhecido como uma das maiores expressões da cultura brasileira. Mais do que um espetáculo artístico, ele se consolidou como uma engrenagem econômica capaz de movimentar bilhões de reais, gerar empregos e projetar a identidade cultural do país no exterior

Nesse contexto, a propriedade intelectual — especialmente o direito marcário — surge como um elemento estratégico ainda subaproveitado pelas escolas de samba.

As agremiações do Grupo Especial não são apenas produtoras de desfiles anuais. Elas operam como verdadeiras organizações da economia criativa, desenvolvendo produtos, serviços, experiências culturais e ações comerciais que extrapolam o período carnavalesco. No entanto, a gestão desses ativos intangíveis nem sempre acompanha a dimensão simbólica e econômica que essas marcas representam.

Estudo sobre a gestão do portfólio de marcas de escolas como Mangueira, Portela, Beija-Flor e Salgueiro revela um padrão comum: a concentração dos registros marcários na classe de serviços ligada a espetáculos e eventos culturais. Embora essa proteção seja fundamental, ela não cobre integralmente atividades relevantes como venda de vestuário, comércio eletrônico, programas de sócio-torcedor, publicações editoriais e ações promocionais contínuas.

Essa limitação tem impactos diretos na sustentabilidade financeira das escolas de samba. Ao deixar de proteger e explorar adequadamente suas marcas em diferentes frentes, as agremiações reduzem sua capacidade de gerar receitas próprias e acabam mais dependentes de subvenções públicas e patrocínios pontuais. Trata-se de um paradoxo, considerando o alto valor simbólico e mercadológico dessas marcas no Brasil e no exterior.

A marca, no âmbito da propriedade industrial, vai muito além da identificação visual. Ela cumpre funções estratégicas: distingue produtos e serviços, comunica valores, transmite reputação, influencia decisões de consumo e agrega valor

econômico. Quando bem gerida, torna-se um ativo capaz de fidelizar o público e ampliar oportunidades comerciais, inclusive em mercados internacionais.

No universo do Carnaval, essa lógica é ainda mais evidente. O samba, os símbolos das escolas, suas cores, histórias e narrativas despertam vínculos emocionais profundos com o público. Esse capital simbólico, quando aliado a uma estratégia consistente de proteção marcária, pode ser convertido em inovação, novos negócios e expansão econômica ao longo de todo o ano.

Outro ponto central é o licenciamento de marcas, ferramenta ainda pouco explorada pelas escolas de samba. Por meio de contratos bem estruturados, é possível autorizar terceiros a utilizar as marcas em produtos e serviços, garantindo controle de qualidade, preservação da reputação e geração de receitas recorrentes. O licenciamento permite escalar o uso da marca sem que a escola precise, necessariamente, internalizar toda a operação comercial.

A ausência de uma política contínua de valorização da propriedade intelectual no Carnaval também reflete um desafio de planejamento público. Os investimentos costumam se concentrar nos meses que antecedem os desfiles, deixando de explorar o potencial da economia criativa como instrumento permanente de inclusão social, geração de renda e desenvolvimento local.

Fortalecer a gestão da propriedade intelectual no Carnaval significa reconhecer que cultura e economia não são dimensões opostas, mas complementares. Ao proteger e explorar estrategicamente suas marcas, as escolas de samba podem reduzir vulnerabilidades financeiras, ampliar sua autonomia econômica e consolidar o Carnaval como uma indústria criativa sustentável.

Mais do que preservar tradições, investir em propriedade intelectual no samba é garantir que a maior festa popular do país continue gerando valor cultural, social e econômico — muito além da avenida.

(*) São, respectivamente, pesquisador sênior da Universidade Federal do Paraná e advogada especializada em PI do Di Blasi, Parente & Associados.

Bem-estar alcança o TOP 4 das preocupações da liderança em 2026

Produtividade, lucratividade e retenção estão no topo dos desafios; saúde mental e tecnologia aparecem na sequência

Uma sondagem proprietária da Robert Half, primeira e maior consultoria global de soluções em talentos, analisou as principais preocupações de gestores e líderes para o início de 2026. A pesquisa, realizada com 300 profissionais responsáveis direta ou indiretamente nos processos de recrutamento das empresas, mostrou a importância da pauta de bem-estar, que alcançou a 4ª posição no ranking (44%).

O levantamento também indica que produtividade e lucratividade aparecem consolidadas no topo das preocupações, ambas com 52%, o que evidencia uma pressão contínua por eficiência operacional, automação e revisão de processos. Em seguida, estão a retenção de talentos (46%) e, logo depois, o bem-estar, que ganhou protagonismo na tomada de decisão das lideranças.

TOP 10 preocupações das lideranças para 2026

- Produtividade (cumprir obrigações de maneira mais eficiente) - 52%
- Lucratividade (gerar mais valor, gastando menos) - 52%
- Retenção (não perder bons profissionais para o mercado) - 46%
- Bem-estar (saúde mental, qualidade de vida) - 44%
- Tecnologia (compreender as evoluções e usá-las a seu favor) - 42%
- Atração (atrair profissionais adequados) - 37%
- Carreira (como desenvolver e oferecer oportunidades de carreira) - 33%



- Remuneração (ter salários e benefícios competitivos) - 29%
- Informações de mercado (impactos da política e economia) - 20%
- Modelos de trabalho (adaptar e evoluir no modelo adotado) - 20%

“Não é de hoje que falamos sobre a relevância da saúde mental nas relações de trabalho. Felizmente, o tema entrou de vez no radar dos tomadores de decisão. Com a atualização da NR-1, o assunto passa a ocupar também o centro das obrigações legais das empresas. Oferecer qualidade de vida significa promover produtividade, engajamento e retenção”, afirma Maria Sartori, diretora de mercado da Robert Half.

Outro destaque do estudo é o avanço consistente da tecnologia no ranking. O tema saltou de 35% no primeiro semestre de 2025 para 42% no início de 2026, e reforça que soluções ligadas à inteligência artificial, dados e sistemas integrados

já são monitoradas pelas lideranças executivas, não somente das áreas de TI.

De forma geral, os resultados apresentam uma transição na agenda de gestão: após um período marcado por preocupações defensivas, o início de 2026 aponta para uma abordagem mais estratégica e integrada, em que eficiência, tecnologia e cuidado com as pessoas caminham juntos.

“A combinação entre produtividade, tecnologia e bem-estar define o modelo de gestão que faz sentido para o futuro do trabalho. As empresas que conseguirem equilibrar esses três pilares estarão mais preparadas para sustentar resultados no curto prazo e construir crescimento no longo”, orienta Sartori.

Metodologia: Os dados fazem parte de uma sondagem proprietária da Robert Half, realizada em novembro de 2025, com a participação de 300 profissionais que possuem responsabilidade direta ou indireta nos processos de recrutamento e seleção de pessoal.

LC 227 e o paradoxo da Reforma: por que o “ano de testes” exige cuidado, mas não pânico

Tais Baruchi (*)

A sanção da Lei Complementar nº 227, publicada oficialmente na última semana, instituiu o Comitê Gestor do IBS e regulamenta pilares essenciais da Reforma Tributária. Para a gestão contábil das empresas, o ponto de maior destaque — e que foi alvo de intensas críticas durante sua tramitação no PLP 108 — é o novo regime de penalidade, o qual exige uma análise técnica cautelosa para não confundir este período inicial com uma “liberdade total”.

Embora o desenho jurídico para 2026 produza um efeito prático de trégua, o risco ainda existe, mas agora sob novas regras de conformidade. A segurança para este início repousa no Artigo 348 da LC 227, que instituiu uma regra de conformidade assistida. Isso significa que, se a empresa identificar um erro técnico, o fisco não aplicará a multa de imediato: ele deverá obrigatoriamente intimar o contribuinte para sanar a irregularidade em 60 dias. Caso a falha seja corrigida nesse prazo, a penalidade é extinta.

Este dispositivo confirma que o sistema nasce, em 2026, com foco na calibração dos processos, e não na arrecadação punitiva. Nesse cenário, a LC 227 institucionaliza, no seu Artigo 341-G, a figura do “Tributo de

Referência” como a nova métrica para o cálculo de multas operacionais. A vitória técnica aqui foi a mudança da base de cálculo: a penalidade agora é calculada sobre o valor do imposto e não mais sobre o faturamento total da nota. Além disso, o texto final simplificou o rol de infrações, reduzindo de 36 para 22 incisos.

Entre essas 22 condutas puníveis, destacam-se infrações graves como a falta de emissão de documentos fiscais, o uso de documentos inidôneos, a resistência à fiscalização e o crédito indevido. O legislador buscou eliminar redundâncias, mas manteve o rigor sobre a fidedignidade das informações prestadas ao novo sistema centralizado.

No entanto, essa racionalização não diminuiu o rigor do sistema para os anos seguintes. Se, em 2026, vivemos um “laboratório” protegido, o cenário muda drasticamente em 2027 e 2028. Com a entrada integral da CBS e a definição de suas alíquotas, a rede de proteção do Artigo 348 desaparece, e as multas de até 100% sobre o imposto passam a ter impacto real no caixa. Por isso, adaptar os layouts de sistemas é apenas o “ingresso para entrar no jogo”.

A verdadeira participação na reforma exige uma revisão profunda do mo-

delo de negócio, da cadeia produtiva e, principalmente, um investimento contínuo na capacitação das pessoas. A tranquilidade de 2026, portanto, não deve ocultar a preparação necessária para o novo fato gerador. Enquanto ainda geriremos o antigo ICMS e ISS sob suas legislações atuais, já estaremos operando os novos tributos sob a égide da LC 214, onde o imposto é devido na entrega ou disponibilização do bem ou serviço.

Na prática, isso significa que um procedimento hoje comum — como o cancelamento de uma nota fiscal após a mercadoria ter saído da doca — passará a ser uma infração grave dentro desse novo escalonamento de multas, que chega a 66% para cancelamentos realizados após o fato gerador ou fora dos prazos regulamentares. Em suma, a Reforma promete simplificação, mas sua implementação exige uma vigilância constante.

O ano de 2026 deve ser encarado como a última janela de oportunidade para ajustar processos e governança sem sofrer sanções financeiras imediatas. O papel do suporte especializado torna-se central para garantir que, quando o sistema entrar em vigor pleno com o convívio dos tributos antigos e novos, o custo da conformidade não consuma a rentabilidade do negócio.

(*) CEO na PKF BSP.

Reforma Tributária no varejo: maior inimigo não será o imposto, mas o produto mal cadastrado

Especialista mostra impacto das mudanças para setor e orienta como se adaptar

O varejo brasileiro aprendeu a sobreviver em meio a um dos sistemas tributários mais complexos do mundo. Alíquotas sobrepostas, legislações estaduais conflitantes, exceções municipais e uma infinidade de códigos fiscais transformaram o simples ato de vender uma camiseta, por exemplo, em um exercício de engenharia de dados.



E, pela primeira vez em décadas, esse sistema de consumo começa a ser redesenhado com a nova Reforma Tributária, uma mudança que chega direto ao balcão, ao estoque, à nota fiscal e ao caixa. A promessa é de mais transparência, porém com uma dependência muito maior de tecnologia.

Para lojas de moda, calçados, acessórios e comércio em geral, a reforma muda como cada produto será cadastrado, tributado, vendido e registrado no fisco. A afirmação é de Chrystian Scanferla, Head de Negócios da IRRAH Tech, empresa que desenvolve IA aplicada ao atendimento, automação de processos e digitalização de pequenas e médias empresas, presente em mais de 70 países.

“Essa é uma mudança estrutural, no alicerce sobre o qual o varejo brasileiro sempre funcionou. Quem não estiver preparado corre o risco de vender, não conseguir emitir a nota e ver a operação simplesmente travar.”

Na prática, a reforma substitui cinco tributos que hoje compõem o preço de praticamente tudo no varejo — PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Em seu lugar, passam a ser implementados de forma gradual dois impostos sobre valor agregado: a CBS

(federal) e o IBS (estadual e municipal). Juntos, esses tributos constituem a base do IVA brasileiro (Imposto sobre Valor Agregado), cuja implementação plena está prevista para 2033.

“O Brasil passa a adotar um modelo próximo ao que já funciona na Europa e em economias avançadas, onde o imposto incide sobre o valor que cada empresa agrega ao produto ao longo da cadeia. Isso muda o jogo para o varejo”, destaca Scanferla.

Ainda segundo o Head, “não existirá mais aquele emaranhado de nomenclaturas de tributos que ninguém entende direito, o que facilitará a apuração e compensação. Porém, de outro lado, cada venda precisará estar perfeitamente classificada e registrada, porque o sistema passa a validar tudo em tempo real”.

Ele explica que, no modelo antigo, o varejo trabalhava com CST (Código de Situação Tributária). Agora, surge uma classificação nacional padronizada, que define como IBS e CBS incidem sobre cada item comercializado.

Isso inaugura um novo tipo de risco operacional no varejo: o risco do dado incorreto.

“Em um sistema tributário altamente automatizado, integrado e auditável, erros cadastrais podem ter impacto direto sobre a operação e o caixa das empresas”.

Na prática, o maior desafio do varejo em 2026 não será apenas a alíquota do imposto, mas a qualidade das informações que alimentam os sistemas fiscais. Um cadastro mal estruturado pode gerar tributação indevida, bloqueios fiscais e interrupções na cadeia de vendas.

“A reforma correlaciona saída e entrada, transforma dados em lucro, custo ou prejuízo, porque tudo passa a incidir automaticamente em impostos. O lançamento de um produto, por exemplo, depende de um cadastro absolutamente correto. Um único código errado pode bloquear a emissão da nota fiscal, paralisar a venda e interromper o fluxo de caixa”, afirma o executivo.

Segundo Scanferla, o sistema KIGI ERP, que atende o varejo, foi redesenhado para absorver essa nova lógica fiscal. “A reforma tributária não é um problema fiscal, é um desafio de gestão. Ela expõe quem realmente controla seus dados, seu estoque e sua margem, e quem opera no

escuro. Ela muda o jeito como o lojista acompanha sua margem. E quem tiver tecnologia para fazer isso de forma inteligente ganha velocidade.”

O cronograma da reforma não atinge todo mundo ao mesmo tempo. A partir de janeiro, as empresas enquadradas nos regimes tributários do Lucro Real e Lucro Presumido, já começam a emitir notas fiscais dentro do novo modelo de IBS e CBS. Será um ano de testes, mas os documentos já precisam estar certos.

Já para as enquadradas no Simples Nacional, a obrigatoriedade só chega em 2027.

Mas, segundo Scanferla, isso não significa que dá para ignorar 2026. Na rotina da loja, três pontos passam a ser críticos:

1. Cadastro de produtos

Cada item precisa estar corretamente classificado. Se errar, não vende.

2. Emissão de nota fiscal

A nota passa a validar IBS e CBS em tempo real. Sistemas antigos não acompanham isso.

3. Margem real de lucro

Com o IVA, o imposto vira parte da estrutura de preço. Quem não acompanha a margem em tempo real começa a vender sem saber se está ganhando ou perdendo dinheiro.

“Assim, o KIGI ERP passa a atuar exatamente nesses três pontos: estoque, nota e rentabilidade, absorvendo os novos códigos tributários, validando notas em tempo real e transformando dados fiscais em indicadores de rentabilidade”, explica o profissional da IRRAH Tech.

Processos, gestão estruturada e decisões orientadas a dados: a tríade para empreendedores brasileiros

Com economia em expansão moderada e aumento no número de novos negócios, eficiência operacional e decisões orientadas por dados ganham centralidade na estratégia de empreendedores. Em um cenário de crescimento econômico moderado - com projeções do PIB entre 2,2% e 2,4% em 2025 - e níveis historicamente baixos de desemprego, a eficiência operacional se consolida como prioridade nas agendas de empresários e gestores. Ao mesmo tempo, o ambiente de negócios segue aquecido: entre maio e agosto de 2025, a abertura de novas empresas cresceu 14% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando cerca de 1,67 milhão de novos negócios formalizados, segundo dados do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Esse ritmo impõe um desafio duplo: mais oportunidades, mas também mais concorrência. Especialistas apontam

que as empresas que crescem sem processos estruturados, tecnologia aplicada e inteligência de dados passam a ter sua sustentabilidade ameaçada. A produtividade deixa de ser um tema operacional e passa a ser uma vantagem estratégica de longo prazo.

“A ausência de dados organizados cria uma falsa sensação de controle. A empresa cresce, mas o gestor não consegue identificar onde estão os gargalos nem o que, de fato, gera resultado”, avalia Stefano Polidoro, CEO da Quantum Holding, grupo com atuação nos setores de saúde, tecnologia, marketing e comunicação. Entre as empresas do grupo está a GrowthTec, responsável pelo desenvolvimento de soluções voltadas para crescimento empresarial, com base em metodologias ágeis e na tomada de decisão orientada a dados.

“Em um ambiente cada vez mais competitivo, decidir com base em

achismo é um risco caro. Dados bem organizados revelam gargalos, otimizam processos e direcionam recursos com precisão. O crescimento real vem da execução estruturada e da leitura correta do que já está acontecendo no negócio”, afirma Polidoro, que já esteve à frente da estruturação de operações que ultrapassaram R\$ 20 milhões em resultados.

A GrowthTec implementa rotinas operacionais ágeis, integrando times de vendas, marketing e tecnologia, além de desenhar funis de conversão com automações, CRM, indicadores e dashboards em tempo real. Polidoro salienta que o segredo da escalabilidade não está apenas em boas ideias, mas em execução disciplinada e replicável. “Alta performance é construída com processos bem definidos, metas claras e uma cultura de consistência. Sem isso, a empresa até cresce — mas não sustenta”, reforça Polidoro.

Não se constrói estabilidade enfraquecendo o Banco Central

Luiz Lemos Leite (*)

Com a serenidade de quem dedicou a vida ao sistema financeiro brasileiro, manifesto publicamente meu repúdio às práticas fraudulentas apontadas em documentos divulgados pela imprensa nacional

As reportagens revelam o uso indevido de estruturas empresariais e do discurso de inovação para gerar prejuízos a empresas, investidores e ao crédito produtivo. Aos 96 anos, com 75 anos de atuação profissional, sigo atento e preocupado com movimentos que colocam em risco pilares institucionais fundamentais para a vida nacional.

À luz desse material jornalístico e das narrativas que surgiram após a liquidação extrajudicial do Banco Master, considero indispensável me posicionar. Decisões prudentiais adotadas pelo Banco Central não podem ser tratadas como objeto de disputa política nem reduzidas a interpretações tendenciosas. São atos voltados à preservação do Sistema Financeiro Nacional, à proteção da economia real e ao resguardo dos fundamentos do regime democrático. Por sua natureza, exigem elevado grau de qualificação técnica e jurídica.

Falo a partir da experiência de quem acompanhou, ao longo de décadas, a consolidação das instituições responsáveis pela estabilidade do sistema financeiro brasileiro. Participei diretamente de processos decisórios, atravessasse ciclos econômicos distintos e vivi momentos de crise que exigiram rigor técnico, independência institucional e estrita observância às normas. Essa trajetória permite afirmar, com segurança, que as decisões prudentiais do Banco Central têm natureza essencialmente técnica e constituem instrumento indispensável à preservação da confiança, da moeda e do crédito produtivo.

Registro, ainda, que sou o diretor mais antigo em atividade do Banco Central, condição que me confere a posição de decano de sua Diretoria. Essa circunstância, somada a uma vida dedicada ao serviço público e ao compromisso institucional, confere-me autoridade moral para me manifestar em defesa da autonomia, da credibilidade e do papel institucional

da autoridade monetária.

Ao longo desse percurso, atuei tanto na esfera pública quanto na iniciativa privada. Em 1982, fundei a Associação Nacional de Fomento Comercial, a ANFAC, entidade que presido há 44 anos e que teve papel relevante na consolidação do mercado de recebíveis e no desenvolvimento de modalidades de crédito empresarial não bancárias. Essa vivência reforça minha convicção quanto à centralidade da estabilidade regulatória e da atuação técnica do Banco Central para o funcionamento do crédito e da economia real.

Em nenhuma das inúmeras liquidações e processos de reorganização do sistema financeiro dos quais participei presenciei algo semelhante ao que se observa no presente. Há uma campanha aberta destinada a fragilizar a imagem do Banco Central por meio de pressões políticas, ruídos institucionais e ações de desinformação. Movimentos dessa natureza não contribuem para a solidez do mercado nem para o fortalecimento da democracia.

O debate sobre eventuais irregularidades deve ocorrer com maturidade, responsabilidade e competência, nos foros adequados. Precisa estar baseado em fatos, informações técnicas consistentes e pleno respeito ao devido processo legal. Não se pode admitir que setores inteiros sejam colocados sob suspeita por meio de generalizações ou construções narrativas que desconsiderem a diversidade das atividades econômicas e os avanços regulatórios alcançados.

Em 1º de abril de 2025, a convite do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, tive a honra de participar das comemorações pelos 60 anos da instituição. Constatar que o Banco Central do Brasil se consolidou como uma das autoridades monetárias mais respeitadas do mundo é motivo de legítimo orgulho para todos os brasileiros. Diante disso, não poderia me calar frente às alevisias dirigidas à instituição, muitas vezes utilizadas na defesa de interesses escusos, em detrimento do rigor técnico que sempre orientou sua atuação.

(*) Presidente e fundador da Associação Nacional de Fomento Comercial (ANFAC), função que exerce desde 1982, sendo uma das principais referências do fomento comercial no Brasil.



Brenda_Sangi_Arruda_CANVA

IA.EDU

SOLUÇÕES DE IA OFFLINE PODEM TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Um escola pública em Cametá, no Pará, foi um dos locais onde foi testada a solução de IA desplugada (Foto: Arquivo IA.Edu/NEES)

Pesquisadores brasileiros criam conceito inédito que adapta tecnologia de ponta a contextos de infraestrutura digital limitada

O uso da Inteligência Artificial (IA) na educação vem mostrando o potencial de transformar o ensino e a aprendizagem. No entanto, escolas com limitações de recursos e de infraestrutura enfrentam barreiras de acesso à tecnologia. Pensando nisso, pesquisadores do Instituto de Inteligência Artificial na Educação (IA.Edu), vinculado ao Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais da Universidade Federal de Alagoas (NEES/Ufal) desenvolveram o conceito inédito de Inteligência Artificial Desplugada (IAED-U).

Testado em projetos pilotos pelo IA.Edu, o conceito tem trazido resultados de melhoria nas habilidades de escrita dos estudantes da educação básica, sem aumentar a carga de trabalho dos professores e levando em conta as desigualdades sociais do país. Segundo dados da pesquisa TIC Educação, 96% das escolas brasileiras possuem algum tipo de acesso à internet, mas a qualidade e o alcance desse acesso continuam desiguais.

Os pesquisadores lançaram a Nota Técnica “IA Desplugada na Educação” (IAED-U), em parceria com a Fundação Tellescom. O documento apresenta caminhos para implementar a IAED-U nas escolas, adaptando recursos tecnológicos de ponta para funcionar em contextos com infraestrutura digital limitada. O conceito desenvolvido pelo grupo já é reconhecido internacionalmente pela Unesco, que estabeleceu uma Cátedra dedicada ao tema.

Em vez de exigir internet contínua e computadores sofisticados, a IAED-U opera em dispositivos simples, podendo ser utilizada em regiões onde a conectividade é escassa ou instável. Essa característica permite democratizar o acesso aos benefícios da IA e, ao mesmo tempo, reduzir desigualdades de aprendizagem.

“Do ponto de vista técnico, usamos os mesmos modelos de ponta das soluções convencionais de IA, como LLMs (large language models) e IA preditiva. O que muda é o design da solução e a forma como os resultados são apresentados”, explica o diretor de tecnologia do IA.Edu, Rafael Mello.

Tutor Desplugado

Um exemplo de aplicação citado na Nota Técnica é o “Tutor Desplugado”, sistema de apoio ao ensino que funciona em equipamentos de baixo custo, como o Raspberry Pi. Na prática, o professor propõe atividades alinhadas ao currículo local, os alunos resolvem os exercícios no caderno e inserem as respostas no sistema. Em seguida, recebem um feedback imediato, com explicação sobre o tema e orientações, caso existam erros.

O professor recebe relatórios detalhados sobre o desempenho da turma, identificando os pontos de maior dificuldade e podendo intervir sempre que necessário. Quando há conexão disponível, os dados são sincronizados para análises adicionais, permitindo um melhor acompanhamento pedagógico e a geração de evidências para políticas públicas.

Esse tipo de aplicação foi testado pelo IA.Edu por meio do Escreva+, um aplicativo móvel que utiliza a IAED-U para apoiar professores do ensino médio na avaliação de redações. A ferramenta utiliza modelos de IA



Rafael Mello é um dos pesquisadores do IA.Edu/NEES que criou o conceito IA Desplugada na Educação (Foto: Arquivo IA.Edu/NEES)

para transcrever e corrigir automaticamente redações manuscritas, com base nos critérios oficiais do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Na prática, o professor fotografa a redação do aluno, e o aplicativo faz a transcrição automática do texto. O sistema gera notas por competência (de zero a 200 pontos) e uma nota final (de zero a mil), oferecendo um feedback detalhado.

A tecnologia tem origem em um sistema desenvolvido em parceria com o MEC, entre 2021 e 2022, que foi aplicado em larga escala e alcançou mais de 1,5 milhão de redações, produzidas por 500 mil estudantes de 7 mil escolas em todo o país. O sistema reduziu o tempo de correção: o feedback chegava aos alunos em até 72 horas.

No Escreva+, essa mesma base foi aprimorada, tornando o processo mais ágil, com correções em cerca de dois minutos, reduzindo custos e simplificando a avaliação nacional, e consolidando o maior banco de dados de redações manuscritas em português brasileiro com transcrições realizadas por IA.

Além de tornar o processo mais ágil, o Escreva+ diminui custos e simplifica a avaliação nacional, criando o maior banco de dados de redações manuscritas em português brasileiro com transcrições realizadas por IA.

A ferramenta também apresenta alta aceitação entre professores, com avaliação de usabilidade considerada “excelente” (SUS 92,5/100). Entre os seus benefícios está a redução da carga de correção manual, permitindo que os docentes tivessem mais tempo para atividades pedagógicas.

“Em resumo, o Escreva+ demonstra como é possível democratizar o uso de tecnologias de ponta, levando feedback ágil e qualificado para escolas que enfrentam infraestrutura limitada, mesmo em escolas sem laboratório de informática ou internet estável.”, destaca Mello.

Potencial para reduzir desigualdades

Segundo a diretora-presidente do IA.Edu, Alessandra Debone, a IA é considerada a quarta revolução industrial e deve transformar as relações de trabalho, as competências exigidas no mundo profissional e a forma como a sociedade se relaciona. Por isso, é preciso que ela esteja acessível a todos os estudantes.

“Precisamos criar aplicações de IA desplugada para permitir que todos os alunos possam não só aprender sobre a tecnologia, mas também desenvolver competências para utilizá-la e, assim, estarem conectados com o seu tempo”, pontua.

Na mesma linha, a cofundadora do IA.Edu, Maria Alice Carraturi, ressalta que a IA Desplugada garante acesso imediato a estudantes de regiões com baixa conectividade. “Sem esse recurso, muitos ficariam isolados da transformação tecnológica. Portanto, a solução pode vir a ser uma porta de entrada para o uso dessa nova tecnologia que provavelmente veio para ficar.”

Debone também lembra que a solução pode personalizar o ensino, adaptando atividades ao nível de cada estudante, considerando aptidões individuais e contextos sociais. Essa característica beneficia os alunos que dependem de recursos de acessibilidade, como aqueles com deficiência auditiva, visual ou intelectual.

“Se a IA for disponibilizada apenas em contextos privilegiados, onde há infraestrutura tecnológica e conectividade, o risco é que estudantes

desse ambientes acelerem seu aprendizado de forma muito mais rápida do que outros, ampliando o abismo educacional. Já com a IA desplugada, conseguimos reduzir esses gaps e garantir experiências mais equitativas de aprendizado”, completa a diretora-presidente do IA.Edu.

Mello concorda. “Já vivemos em uma sociedade marcada por um gap social e econômico. Então, se continuarmos oferecendo recursos tecnológicos somente para quem já tem acesso, estamos fazendo com que esse gap se torne ainda maior”, avalia.

Desafios e próximos passos

O acesso desigual a dispositivos tecnológicos ainda é um entrave para a evolução da IA no Brasil. Dados do Censo Escolar da Educação Básica 2023 mostram que, na rede municipal, apenas 39,6% das escolas têm computadores de mesa e 34,8% dispõem de portáteis para uso dos estudantes.

Além de superar as barreiras tecnológicas, Mello acredita que a tecnologia deve ser fácil de utilizar e precisa vir acompanhada de formação docente e inovação pedagógica. Se for complexa demais, professores e estudantes sem muitas habilidades digitais não conseguem se apropriar dela, fazendo com que o recurso não seja sustentável.

A lacuna na formação docente também é apontada na Nota Técnica. Apenas 43% dos professores se sentem preparados para usar recursos digitais em sala de aula e somente 8% os integram de forma efetiva na prática pedagógica (CIEB, 2023). Nesse contexto, a aplicação da IA desplugada também deve vir acompanhada de formação.

Debone acrescenta que a implementação prática desse conceito exige continuidade em pesquisa e investimentos públicos. Segundo ela, os próximos passos são desenvolver soluções abertas de IA desplugada e testá-las em redes de ensino para gerar evidências em maior escala.

Ela destaca, ainda, a necessidade de direcionar recursos para a produção de bases de dados abertas e qualificadas, necessários para o avanço das tecnologias educacionais. Para Debone, quanto melhores forem os dados usados para treinar as IAs, melhores serão os resultados. “No Brasil, ainda temos bases descentralizadas e pouco interoperáveis. É preciso investir financeiramente e também em políticas públicas que ampliem a quantidade e a qualidade dos dados disponíveis, sempre pensando na proteção de dados pessoais e sensíveis”, alerta.

Mello acrescenta que outro obstáculo é a lentidão nos processos de contratação e implementação de novas soluções no setor público. Ele explica que “a tecnologia evolui muito rápido, e se não houver velocidade, quando ela chega à ponta já está desatualizada”. Por isso, “é preciso criar ecossistemas mais ágeis, que envolvam governos, startups e instituições de pesquisa”.

Carraturi reforça que todo esse movimento precisa estar aliado a investimentos em conectividade. “A IA desplugada é hoje uma alternativa necessária em regiões com baixa infraestrutura, mas a prioridade das políticas públicas deve ser ampliar o acesso à internet, garantindo que todas as escolas possam acompanhar as novas tecnologias”, avalia.



Alessandra Debone explica que com a IAED-U é possível reduzir gaps ampliando o abismo educacional (Foto: Arquivo IA.Edu/NEES)



Maria Alice é Cofundadora do IA.Edu (Foto: Arquivo IA.Edu)